



3719 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT08 - Formação de Professores

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS PARA AS APRENDIZAGENS E A FORMAÇÃO DOCENTE

Alisson Moura Chagas - UCB - Universidade Católica de Brasília
Thamara Maria de Souza - UCB - Universidade Católica de Brasília
Valdivina Alves Ferreira - UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

Neste artigo é discutida a organização escolar em ciclos para as aprendizagens e a formação docente. Esta pesquisa tem por objetivo refletir a formação docente para o trabalho na organização escolar em ciclos para as aprendizagens. Será apresentada a formação continuada dos profissionais da educação como elemento fundante da organização escolar em ciclos para as aprendizagens e a necessidade da ruptura de paradigmas tradicionais de ensino, além de um breve comentário sobre a preocupação com a formação dos professores nas atuais licenciaturas. Este trabalho é um estudo bibliográfico e documental que utilizará como suporte teórico os autores: Mainardes (2009), Libâneo (2004), (2006) e (2011), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Gatti (2014) e Shulman (2014) os quais pesquisam sobre políticas públicas educacionais que tratam das formas de organização escolar e formação docente.

Palavras-Chave: Organização Escolar. Formação Docente. Ciclos para as Aprendizagens.

A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR EM CICLOS PARA AS APRENDIZAGENS E A FORMAÇÃO DOCENTE

Introdução

A formação docente é uma preocupação dos sistemas de ensino, uma vez que é insuficiente a "formação oferecida para subsidiar a atuação de um profissional docente na educação básica" (GATTI, 2014, p. 34). Em relação à organização escolar ciclada, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394 de 1996, apresenta a base legal para a utilização dos ciclos para as aprendizagens no Ensino Fundamental.

Esse trabalho decorre de um estudo bibliográfico e documental que utiliza como suporte teórico os autores que pesquisam sobre formação docente e tratam das formas de organização escolar em ciclos para as aprendizagens. Os fundamentos teóricos de Mainardes (2009), Libâneo (2004), (2006) e (2011), Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), Gatti (2014) e Shulman (2014), entre outros autores e documentos que referenciam a temática de formação docente e organização escolar em ciclos comporá o quadro teórico e documental da pesquisa.

A organização escolar em ciclos para as aprendizagens e formação docente

A necessidade de formação dos profissionais da educação para trabalhar com os ciclos para as aprendizagens é um dos elementos fundamentais para o sucesso da implementação dos ciclos para as aprendizagens, assim, "a Organização do Trabalho Pedagógico da escola e da aula tem como foco o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, sendo a coordenação pedagógica o espaço primordial dessa construção" (SEEDF, 2016, p. 14).

Os docentes da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DF) contam "com 37% da sua carga horária semanal destinada à coordenação pedagógica, o que possibilita a formação continuada docente em serviço, o planejamento e a avaliação dos trabalhos pedagógicos" (SEEDF, 2016, p. 14).

Ainda de acordo com a SEEDF (2016), a formação continuada em serviço deve ter caráter de apropriação ou revisão de concepções e práticas pedagógicas. No DF, as diretrizes curriculares para organização do 3º ciclo para as aprendizagens afirmam que "a formação continuada é um dos elementos fundantes da organização escolar em ciclos" (SEEDF, 2014, p. 26) para as aprendizagens.

Segundo Mainardes (2009), no Brasil, o termo – ciclo – não é recente, o mesmo já aparecia em reformas educacionais do início do século XX. Nas reformas de Francisco Campos e na reforma de Capanema, o termo era utilizado para indicar o agrupamento dos anos de estudo. Em 1984, na rede estadual de São Paulo, o termo foi utilizado para indicar a política de não-reprovação vinculada ao Ciclo Básico de Alfabetização (CBA).

Para Mainardes (2009), a utilização dos ciclos como forma de organização escolar tem por objetivo melhorar o processo de ensino e aprendizagem, visando transformação dos sistemas educacionais que são considerados excludentes e seletistas. Essa forma de organização ciclada propõe uma ruptura na organização de ensino. Assim, entende-se que a organização escolar em ciclos para as aprendizagens é uma alternativa democrática, pois respeita os ritmos de aprendizagens dos educandos, minimiza as retenções e o fracasso escolar os quais são instrumentos de exclusão social.

A implementação dos ciclos não é um política simples de ser recebida e compreendida pela comunidade escolar. Um dos primeiros obstáculos envolve um dos principais personagens do processo educacional: o docente que, na maioria das vezes, é opositor aos modelos de organização escolar que se opõem a seriação. Para Mainardes (2009), os profissionais que atuam na escola, no geral, não participam ativamente da construção da proposta em ciclos, o que prejudica a implementação desse modelo de organização escolar nas unidades educacionais, pois o profissional não terá, por exemplo, condições de discutir os fundamentos dessa organização, uma vez que não conhece ou não compreende a proposta teórica dos ciclos para as aprendizagens.

Gatti (2013) afirma que é preocupante a atual formação dos professores nas licenciaturas para a atuação na educação básica, a autora discute que “é precária a formação para o trabalho docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio” (GATTI, 2014, p. 39). Essa formação precária nos cursos de licenciaturas agrava ainda mais a situação, pois essa formação aligeirada traz insegurança ao futuro docente, que apresentará dificuldade no ato pedagógico, ou seja, não conseguirá fazer a transposição didática dos conteúdos.

Para Arroyo (1999), é possível superar a lógica tradicional, partindo da formação que os docentes já possuem, é preciso “assumir que a função de educador carrega dimensões definidas socialmente, partir do que há de permanente nesses velhos papéis sociais (ARROYO, 1999, p. 152) é o caminho para a atualização e melhoria da formação dos docentes em serviço. O autor afirma ainda, que não se trata de colocar novas funções para serem treinadas, “mas de criar situações coletivas que propiciem explicitar e cultivar o papel, os valores e saberes educativos que cada educador já põe em ação em sua prática, nas escolhas que faz cada dia no trato com os educandos” (ARROYO, 1999, p. 153).

De acordo com Campos (2011), os modelos educacionais passaram a exigir novas formas de conhecer, refletir e aprender. Essas perspectivas levam a uma crítica direta ao modelo tradicional de ensino em que a escola é simplesmente transmissora de saberes. Para Libâneo (2002), a formação docente possui três dimensões “o saber, o saber ser e o saber fazer, privilegiando-se uma ou outra, de acordo com a concepção filosófica do processo educativo que se adote. Raramente essas dimensões andaram juntas” (LIBÂNEO, 2002, p. 45), exigindo do profissional docente um novo olhar sobre as práticas de ensino, por isso a necessidade da formação continuada em serviço. Segundo Siveres e Balluz (2016), “a formação de ontem não dá conta dos desafios de hoje” (p. 44).

Nessa mesma perspectiva, Aranha (2006) afirma que o professor é um profissional intelectual transformador: “ele não só quer mudar o comportamento do aluno, como também educa para um mundo melhor que está para ser construído. A educação está inserida em um contexto maior – social, econômico e político” (ARANHA, 2016, p. 44). “A formação ética é um dos pontos fortes da escola do presente e do futuro. Trata-se de formar valores e atitudes diante do mundo da política e da economia” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2012, p. 136).

A necessidade de formação continuada é premissa para reestruturação de uma rede pública de ensino no que diz respeito a uma nova organização escolar. De acordo com Libâneo (2004), o profissionalismo é o desempenho competente e comprometido das funções do docente, ou seja, o docente deve saber o conteúdo e os métodos de ensino, dentre outros domínios.

A profissionalização são as condições para garantir o exercício profissional de qualidade. A formação inicial e continuada são exemplos dessas condições. Assim, pode-se ratificar que o docente é “um profissional cuja atividade principal é o ensino. Sua formação inicial visa a proporcionar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes requeridas para levar adiante o processo de ensino e aprendizagem nas escolas” (Libâneo, 2004, p. 75). Desta forma, para atender as demandas da profissão docente Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) afirmam que os docentes precisam de preparo profissional específico.

De acordo com Libâneo (2011), existe a necessidade de melhorar a formação docente no Brasil. “A cada dia que passa aumentam os paradoxos entre a profissionalização e o profissionalismo. Se é verdade que sem profissionalização fica difícil o profissionalismo, sem profissionalismo torna-se cada vez mais inviável o ensino de qualidade” (Libâneo, 2011, p. 89).

Nessa perspectiva, Shulman (2014) afirma que o ensino de qualidade, tendo em vista a formação docente, inicia quando esse profissional compreende o que deve ser aprendido e como deve ser ensinado aos educandos. Para o autor “o conhecimento pedagógico do conteúdo é de especial interesse, porque identifica os distintos corpos de conhecimento necessários para ensinar” (SHULMAN, 2014, p. 207).

Desta forma, para que um processo de implementação de organização escolar em ciclos para as aprendizagens se materialize de forma satisfatória, são necessários cuidados e responsabilidade por parte dos gestores públicos. Mainardes (2009) afirma que “a implementação de políticas de ciclos [...] demanda investimentos na infraestrutura das escolas (mais espaços, mais professores, estratégias de suporte aos alunos, um número menor de alunos nas salas de aula)” (p. 88), além da necessidade de melhorias no trabalho docente o qual requer formação permanente.

Considerações finais

A formação continuada dos docentes é necessária para reestruturação de uma rede pública de ensino, sobretudo em relação às formas de organização escolar. A necessidade de preparo profissional específico é ponto de partida para a qualidade do ato pedagógico. Desta forma, a qualidade iniciará quando o profissional compreender o que deve ser ensinado e como ensinar (SHULMAN, 2014), também é sabido da precária formação dos profissionais que atuam na educação básica brasileira, ainda de acordo com o autor é aligeirada.

A legislação brasileira permite que a educação básica se organize de diversas formas, inclusive mediante os ciclos. Assim, necessita-se compreender a política pública dos ciclos para as aprendizagens, sabe-se que essa política visa à superação do modelo tradicional de ensino que é excludente e seletista.

Essa forma de organização tem como objetivo central melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Compreende-se ainda que a utilização das políticas públicas em âmbito educacional, se entendidas de forma equivocada terão consequências negativas a qualquer forma de organização. Para tanto, a formação inicial e continuada dos docentes que atuam na educação básica precisa melhorar, a formação em serviço torna-se uma alternativa (GATTI, 2014).

Referências

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

ARROYO, M. G. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. XX, n. 68, p. 143-162, 1999. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a08v2068.pdf> Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. LDB. Lei n. 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)** – Introdução, v. 1. Ministério da Educação, Brasília, 1996. Disponível em <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 maio 2018.

CAMPOS, C. M. Educar por competências. In: CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomias dos professores**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011a.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015. **Plano Distrital de Educação (2015 – 2024)**. Brasília, 2011. Disponível em <<http://www.cre.se.df.gov.br>> Acesso em: 19 maio 2018.

GATTI, Bernadete A. A formação inicial de professores para a educação básica: as licenciaturas. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 100, p. 33-46, dez. /fev. 2013-2014.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Saber, saber ser, saber fazer: o conteúdo do fazer pedagógico. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública - A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **A escola em ciclos: fundamentos e debates**. São Paulo: Cortez, 2009.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). **Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 3º ciclo para as Aprendizagens**. Brasília: SEEDF, 2014. Disponível em <<http://www.cre.se.df.gov.br>> Acesso em: 19 maio 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (SEEDF). **Tira-Dúvidas: Organização Escolar em Ciclos para as Aprendizagens - Ensino Fundamental**. Brasília: SEEDF, 2016. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/dez16/ens_fund_caderno_tira_duvidas_org_ciclos.pdf> Acesso em: 19 maio 2018.

SHULMAN, Lee. **Knowledge and Teaching: Foundations of the New Reform** Harvard Educational Review, v. 57, n. 1, p. 1-22, 1987. Tradução de Leda Back. Conhecimento e ensino: fundamentos para a nova reforma. **Cadernos Cenpec**. Nova série, v. 4, n. 2, 2014.

SÍVERIS, Luiz; BALLUZ, Elsa Helena Almeida Silva. Diálogos: desafios e possibilidades para (re)pensar a prática docente. In: SÍVERIS, Luiz (org.). **Diálogo: um princípio pedagógico**. Brasília: líber livro, 2016. Disponível em <https://socialeducation.files.wordpress.com/2015/01/siveres-dialogos_web.pdf> Acesso em: 19 maio 2018.

[1] Nomenclatura utilizada pela Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF, 2016).